

EFEITO DA DESCIDA DO PREÇO DA DÍVIDA PÚBLICA SOBRE AS RENDIBILIDADES DOS FUNDOS DE PENSÕES ABERTOS E PPR GERIDOS PELA FUTURO

Desde o início de 2011, diversos fatores se têm conjugado para afetar os mercados financeiros: conflitos nos países do Norte de África e Próximo Oriente, receios de abrandamento na China e Índia, grandes disparidades de crescimento na Europa e, com efeitos absolutamente avassaladores, acentuou-se o problema da Dívida Pública de diversos países da periferia europeia, começando pela Irlanda, ainda em 2010, a que se seguiu a Grécia e, ultimamente, Portugal.

Agravando ainda mais a situação, as agências de *rating* internacionais têm vindo a descer a classificação das instituições bancárias e da dívida portuguesa, tendo-se registado a 6 de julho uma descida da avaliação efectuada pela agência Moody's, em quatro níveis, equiparando assim o rating da dívida portuguesa ao de economias em vias de desenvolvimento.

Sendo os Fundos de Pensões instrumentos de poupança com um horizonte temporal de médio/longo prazo, as estratégias de investimento adotadas têm em consideração essa característica intrínseca, privilegiando-se ativos com reduzido risco e com potencial de valorização também no médio/longo prazo.

Por essa razão, as Obrigações de Dívida Pública – consideradas ativos de risco muito reduzido – sempre foram incluídas nas carteiras dos Fundos de Pensões geridos pela FUTURO. Por conseguinte, o peso da Dívida Pública situa-se atualmente entre 32,9% (PPR PLATINIUM) e 49,5% (PPR GERAÇÃO ACTIVA).

As Obrigações rendem juros, que contribuem para a valorização das carteiras de ativos. No entanto, para esta valorização contribuem não só os juros e mais-valias (ou menos-valias) realizadas, como o preço de cada ativo. Ora, o preço das Obrigações de Dívida Pública tem descido abruptamente, em particular em Portugal: enquanto o Índice Europeu de Dívida Pública desceu 1,15% no primeiro trimestre e subiu 0,69% no segundo, o Índice de Dívida Pública Portuguesa desceu 9,36% e 11,05% no 1º e 2º trimestre, respetivamente.

Estas descidas surtiram efeito nas unidades de participação, resultando na sua desvalorização, desde final de dezembro.

Nesta conjuntura desfavorável, a FUTURO não procedeu a alterações significativas na alocação dos ativos que compõem as carteiras dos fundos abertos, por forma a evitar a concretização efetiva de perdas, e na expectativa de uma recuperação dos mercados no segundo semestre de 2011.

A FUTURO está no mercado desde 1988 e portanto já assistiu a momentos de desvalorização persistente nos mercados financeiros, demonstrando a experiência que é necessário aguardar que as condições económicas tragam de novo serenidade aos mercados, compensando as desvalorizações entretanto sofridas, aliás a exemplo do que sucedeu com a descida abrupta das cotações em 2008, logo seguida de recuperação em 2009.